BOM JESUS EÓLICA S.A.
(Em Liquidação)

Complexo Baleia

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis	3
Demonstração dos Ativos Líquidos – DAL	8
Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Bom Jesus Eólica S.A. (Em Liquidação)
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bom Jesus Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem a demonstração dos Ativos Líquidos em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações da Mutação dos Ativos Líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades em liquidação conforme *NBC TG 900 – Entidades em Liquidação.*

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Adoção inicial do CPC Liquidação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item a, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas conforme as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades em liquidação, que compreende a NBC TG 900, que normatiza o CPC PARA ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO, aprovado em 5 de março de 2021 e produzindo seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021. Conforme previsto no item 52, para as entidades já em processo de liquidação, os registros contidos nesta Norma, bem como as demonstrações contábeis nele exigidas, devem ser aplicados a partir da primeira apresentação da Demonstração dos Ativos Líquidos elaborada a partir da vigência desta Norma. Sendo as demonstrações contábeis desta Companhia anuais, os procedimentos deste pronunciamento passam a ser aplicados em conformidade com todas as exigências a partir de 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade Operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é originada do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, na Bolsa de Valores em São Paulo ("Bovespa"), para aquisição de energia. De acordo com o referido Leilão, a Companhia possuía a obrigação de iniciar a sua operação comercial em setembro de 2015. Ocorre que, com o processo de Recuperação Judicial da Wind Power Energia S.A – WEP, fornecedora de aerogeradores do projeto eólico autorizado a essa Companhia, restou inviável o cumprimento do marco supramencionado, o que acarretou a rescisão do respectivo contrato de fornecimento. Em 28 de agosto de 2017, a Companhia participou do mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva promovido pela Aneel, com o apoio da CCEE. Após a descontratação da energia de reserva vendida em leilão, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos no empreendimento, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual a Companhia se encontra. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de dezembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, nos termos do artigo 206, I, c da Lei nº 6.404/76, bem como a destituição dos diretores da Companhia e a nomeação de dois liquidantes. Ao longo do ano de 2020, foi realizada a contratação da consultoria FMA *Partners* para a realização de avaliação econômico-financeira do ativo imobilizado da Companhia, com o objetivo de se estabelecer seu valor de justo, para fins de liquidação. Em 15 de outubro de 2020 foi reconhecida a multa contratual referente ao contrato de Prestação de Serviços de Projetos, Obras Civis, Montagem Eletromecânica, Comissionamento, Gerenciamento do Projeto,

Engenharia de Suprimentos com Fornecimento de Materiais e Equipamentos Relacionados ao Sistema Elétrico ú, contrato nº. CB – DT – 017/2014 firmado em 28/7/2014) à empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S/A (sucessora por incorporação de São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda.) Em 30 de outubro de 2020 a companhia reconheceu a avaliação entregue pela empresa FMA *Partners*, e, após a emissão do Laudo de Avaliação, foi executada a baixa de ativos. O projeto eólico foi disponibilizado para venda em 2021 e a Companhia está em processo de negociação com os potenciais compradores. No ano de 2022 a Companhia realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados junto à empresa especializada FMA Partners, a fim de evidenciar em suas demonstrações contábeis a correta e fidedigna informação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades em liquidação conforme *NBC TG 900 – Entidades em Liquidação* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas como base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 21 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.02.26 09:37:57 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

ESER HELMUT AMORIM:12081651866

Assinado de forma digital por ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Dados: 2024.02.26 09:38:35 -03'00'

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5

Bom Jesus Eólica S.A. – Em Liquidação
Demonstração dos Ativos Líquidos - DAL
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2023
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	6	21	32
Despesas antecipadas		1	1
Impostos a recuperar A.L.P	7	1	1
Ativos		**23**	**34**
PASSIVOS			
Fornecedores	8	2	2
Obrigações sociais e trabalhistas	9	4	3
Passivos		**6**	**5**
Ativos Líquidos	10	**17**	**29**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bom Jesus Eólica S.A. – Em Liquidação
Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos - DMAL
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2023
Venda de ativos			
Venda de projetos		-	-
Ajuste Valor de Liquidação			
Contas a Receber	16	(1.336)	-
Impostos a recuperar		-	-
Veículos		-	-
Imóveis		-	-
Patente		-	-
Software		-	-
Ajustes Passivos			
Fornecedores		-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-
Gastos do Periodo			
Gastos Liquidação		-	-
Variação dos Ativos Liquidos		**(1.336)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bom Jesus Eólica S.A. – Em Liquidação
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2023
Realização de Ativos		
Aporte de Capital	60	70
Rendimentos Financeiros	-	-
Ajuste Valor de Liquidação		
Despesas Financeiras	(3)	(3)
Salários e Encargos	(30)	(28)
Pagto Impostos	-	-
Pagto Fornecedores	(41)	(28)
Caixa Gerado (Consumido)	**(14)**	**11**
Saldo Inicial de Caixa	**35**	**21**
Saldo Final de Caixa	**21**	**32**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bom Jesus Eólica S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), Companhia privada de capital fechado, foi constituída em 15 de outubro de 2013, a partir da associação de Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão com Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Central Geradora Eólica Bom Jesus Ltda. e está estabelecida na Rua da Quitanda, nº 86, sala 201, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é originada do Leilão público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, para aquisição de energia, tendo sido declarados vencedora, que consta do processo nº48500.005374/2013-30.

Constituiu objeto deste leilão a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), para início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de setembro de 2015, conforme Portaria MME nº 132/2013.

A publicação da homologação do resultado do leilão no Diário Oficial foi em 20 de setembro de 2013. A portaria de outorga nº 166 foi publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de abril de 2014.

A energia elétrica negociada por empreendimentos de geração que tenham como fontes eólicas é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de vinte anos.

O preço de venda da energia contratada é expresso em Reais por megawatt hora, no valor de R$115,90/MWh (data-base agosto de 2013), reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o Leilão nº 05/2013, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), cuja Companhia sagrou-se vencedora, bem como Portaria Ministerial que autoriza a mesma a atuar como produtora independente de energia elétrica, mediante a implantação, operação e manutenção de central geradora eólica, o projeto ora outorgado deveria ter entrada em operação comercial em setembro de 2015. Ocorre que, com o processo de Recuperação Judicial da Wind Power Energia S.A - WEP, fornecedora de aerogeradores do projeto eólico autorizado a essa Companhia restou inviável o cumprimento do marco supramencionado, o que acarretou a rescisão do respectivo contrato de fornecimento. Assim sendo, com a finalidade de minimizar os impactos ocasionados pela ausência de equipamento que deveriam ser fornecidos pela WPE, diversas ações foram tomadas pela administração, senão vejamos:

a) Contratação de novo fornecedor de aerogeradores, porém não se mostrou viável em virtude do cenário macroeconômico do país, notadamente a elevação do câmbio, bem como a elevação do preço do aerogerador por aumento de demanda sobre fornecedores concorrentes à WPE.

b) Em 27 de abril de 2015, a administração ingressou com requerimento administrativo na ANEEL, com a finalidade de conseguir um deslocamento no prazo de implantação do projeto. Em que pese toda a argumentação levada à conhecimento do Regulador, em especial a demonstração cabal de que a Recuperação Judicial da WPE não tratou-se de um fato estanque e sim um problema sistêmico que atingiu diversos agentes do setor elétrico, a ANEEL proferiu decisão por meio do Despacho nº 1.658, de 21 de junho de 2016, negando o pleito supramencionado sob o argumento de que problema com fornecedor de equipamentos não é

causa de excludente de responsabilidade, motivo pelo qual o deslocamento do cronograma da forma que foi solicitada não poderia ser deferido.

c) Desenvolvimento de estudos eólicos no sentido de melhorar o rendimento das instalações, como por exemplo: estudos para otimização da distribuição de aerogeradores de novos fornecedores nos sites atualmente contratados; novas negociações fundiárias, buscando sites com índices de vento mais satisfatórios; avaliação de alternativas para expansão da capacidade instalada; entre outros. Todas essas medidas visavam a recuperação dos níveis de retorno do investimento, em um esforço para manter a SPE adequada à implantação de alternativas viáveis que permitiriam uma possível continuidade do processo de implantação do projeto.

d) Em linha com a expectativa do setor elétrico, foi colocado em Audiência Pública pela ANEEL, edital de um Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva para empreendimentos de geração que estejam em atraso com seus marcos de implantação.

e) Em 28 de agosto de 2017, a Companhia participou do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL, com o apoio da CCEE.

No dia 13 de setembro de 2017, a Companhia entregou tempestivamente todos os documentos necessários para o processo de cadastramento nos leilões A-4 e A-6 de 2017.

f) Em 05 de dezembro de 2017 foram extintas as outorgas de autorização e rescindidos, sem aplicação de multa rescisória, os Contratos de Energia de Reserva – CER das empresas, em virtude da participação e vitória no Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva.

Mesmo após a descontratação da energia de reserva vendida em leilão, a administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos no empreendimento, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual a Companhia se encontra.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de dezembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, nos termos do artigo 206, I, c da Lei nº 6.404/76, bem como a destituição dos diretores da Companhia e a nomeação de dois liquidantes.

Ao longo do ano de 2020, foi realizada a contratação da consultoria FMA *Partners* para a realização de avaliação econômico-financeira do ativo imobilizado da Companhia, com o objetivo de se estabelecer seu valor justo para fins de liquidação.

Em 15 de outubro de 2020, foi reconhecida a multa contratual referente ao contrato de Prestação de Serviços de Projetos, Obras Civis, Montagem Eletromecânica, Comissionamento, Gerenciamento do Projeto, Engenharia de Suprimentos com Fornecimento de Materiais e Equipamentos Relacionados ao Sistema Elétrico contrato nº. CB – DT – 017/2014, firmado em 28/07/2014, no valor de R$ 2.034 (dois milhões e trinta e quatro mil reais) à empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S/A (sucessora por incorporação de São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda.)

Em 30 de outubro de 2020, a companhia reconheceu a avaliação entregue pela empresa FMA Partners, e, após a emissão do Laudo de Avaliação, foi executada a baixa de ativos no valor de R$ 2.139 (dois milhões, cento e trinta e nove mil reais).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de novembro de 2021, os membros do conselho aprovaram por unanimidade, a nomeação do Sr. Marcelo Brani Silva de Abreu para ocupar o posto de Liquidante da Companhia, em substituição ao Sr. Rodrigo Zúniga de Melo Sousa.

No ano de 2022 a Companhia realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados junto à empresa especializada FMA Partners, a fim de evidenciar em suas demonstrações contábeis a correta e fidedigna informação.

1.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A conclusão e emissão das demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Liquidantes da Companhia em 07 de fevereiro de 2024.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades em liquidação que compreende, a NBC TG 900, que normatiza o CPC PARA ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO, aprovado em 05 de março de 2021, produzindo seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021.

Conforme previsto no item 52, para as entidades já em processo de liquidação, os registros contidos nesta Norma, bem como as demonstrações contábeis nele exigidas, devem ser aplicados a partir da primeira apresentação da Demonstração dos Ativos Líquidos elaborada a partir da vigência desta Norma. Sendo as demonstrações contábeis desta Companhia anuais, os procedimentos deste pronunciamento passam a ser aplicados em conformidade com todas as exigências a partir de 31 de dezembro de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da não continuidade operacional. Por essa razão, os ativos estão mensurados seguindo-se a seguinte ordem de critérios: (a) valor de liquidação; (b) valor justo líquido das despesas de venda, até que uma mensuração do valor de liquidação se torne disponível (as métricas de valor justo devem ser aquelas constantes no Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo); e (c) custo histórico, considerando-se eventuais perdas por recuperabilidade, deduzido de despesas estimadas para realização, em situações excepcionais, enquanto as alternativas anteriores não estiverem disponíveis

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 13).

O processo de liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

3. Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que ela se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui ativos financeiros da categoria de empréstimos e recebíveis que são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: caixa, equivalentes de caixa.

(ii) Passivos Líquidos

Os passivos Líquidos são mensurados pelos valores formal e legalmente devidos. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa de saída de recursos para liquidar a obrigação presente na data da Demonstração dos Ativos Líquidos.

O principal passivo Líquido classificado nessa categoria: fornecedores.

(iii) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e serão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação será calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20% a.a., levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos serão depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, serão depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

c. Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, para todos os títulos significativos. Recebíveis mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

a) **Custo amortizado**: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) **Disponíveis para venda**: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

d. Provisões

Provisões na Companhia são reconhecidas na Demonstração dos Ativos Líquidos quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada possível ou provável

.

e. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía provisão para litígios.

f. Contingências trabalhistas e cíveis

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

g. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo Lucro Real com base em balancete de suspensão ou redução do imposto.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

h. Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos será de 25% do lucro remanescente após a constituição de Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do Capital Social, e após a constituição de demais reservas, caso necessário.

4. Plano de liquidação

Desde sua nomeação, os liquidantes da Companhia se empenham em um conjunto de atos destinados a pagar os passivos, reduzir despesas e regularizar registros societários objetivando a futura liquidação da companhia, quais sejam destacados:

- Todas as dívidas da Companhia com terceiros e com partes relacionadas foram quitadas através de aportes feitos pelos acionistas, restando apenas despesas mensais de manutenção do negócio em seu passivo circulante.

- Em 2020, a Companhia reconheceu as perdas no valor do seu ativo através de uma reavaliação realizada pela consultoria FMA Partners, que estabeleceu seu valor de justo, para fins de liquidação. Em 2022 a administração da Companhia entendeu que seria necessária uma nova reavaliação em seu ativo imobilizado, e após o laudo emitido pela empresa especializada FMA Partners, foram reconhecidas as perdas no valor do ativo imobilizado da Companhia.

5. Estágio atual de liquidação:

A Companhia encontra-se inoperante e aguarda o julgamento da ação movida contra a seguradora para definir a sequência da liquidação.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras	32	21
	32	**21**

A Composição de aplicações financeiras é a seguinte:

	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Bradesco DI *Special*	CDI (99%)	32	21
		32	**21**

As aplicações financeiras se referem substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros fins.

A Companhia tem como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	1	1
	1	**1**

8. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
COTESA ENGENHARIA LTDA	2	2
	2	**2**

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Conselheiros e diretores a pagar	2	**2**
INSS a recolher	1	2
	3	**4**

10. Ativos líquidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos	34	23
Passivos	(5)	(6)
Ativos Líquidos	**29**	**17**

Demonstração dos Ativos Líquidos de entidade em liquidação apresenta os ativos e os passivos da entidade, bem como seus ativos líquidos positivos ou negativos.

11. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 25.980.511,00, representados por 25.980.511 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R$ mil	% do capital social
Fundo de Investimento em Participações Inv Milão	13.250.061	13.250	51,00%	13.214.871	13.215	51,00%
Brasil Ventos Energia S.A.	12.730.450	12.730	49,00%	12.696.640	12.697	49,00%
	25.980.511	**25.981**	**100%**	**25.911.511**	**25.912**	**100%**

12. Impostos de renda e contribuição social

Para o exercício de 2023, o Regime Tributário adotado de apuração pela Companhia foi o Lucro Real com base no balancete de suspensão ou redução do imposto.

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	32	21

	32	21

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía risco de endividamento.

14. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não identificou processos trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável e/ou possível.

15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

Descrição da garantia	
Seguradora:	EZZE SEGUROS S.A.
Apólice:	1031003000590 – ENDOSSO 0000000
Tipo:	Seguro Responsabilidade Civil de Admin. e Diretores (D&O)
Modalidade:	Licitante
Valor segurado:	R$ 30.000.000,00
Período da Vigência:	30/06/2023 a 30/06/2024

16. Ajuste valor de liquidação – Contas a Receber

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 900 - Entidades em Liquidação, deverá ser realizado o ajuste no valor de liquidação, no qual é evidenciado na Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos.

Com o laudo de reavaliação dos ativos imobilizados da companhia, verificou-se a necessidade de realizar uma baixa em um recebível que se esperava receber e não será mais recebido pela entidade. A baixa ocorreu no ano de 2022.

Contas a Receber	**(1.336)**
Baixa do Ativo imobilizado	(1.336)

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as

demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

****

DIRETORIA EXECUTIVA

LAIS MONSORES VIEIRA BARRETO:12321428759

Assinado de forma digital por LAIS MONSORES VIEIRA BARRETO:12321428759
Dados: 2024.03.04 11:21:22 -03'00'

Laís Monsores Vieira Barreto
(Liquidante da Companhia)

MARCELO BRANI SILVA DE ABREU:89779223568

Assinado de forma digital por MARCELO BRANI SILVA DE ABREU:89779223568
Dados: 2024.02.28 14:01:25 -03'00'

Marcelo Brani Silva de Abreu
(Liquidante da Companhia)

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Luana Pacheco
Contadora CRC-SC:SC-043160/O-0

LUANA PACHECO:08806239937

Assinado de forma digital por LUANA PACHECO:08806239937
Dados: 2024.02.21 10:57:18 -03'00'